



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL DO PREGÃO N.º 19/2007

PESSOA JURÍDICA:	
ENDEREÇO:	
CNPJ:	
TELEFONE(s):	
FAX:	E-MAIL:
PESSOA DE CONTATO:	CELULAR:
CONTATO EM BRASÍLIA (caso haja) NOME:	
TELEFONE/FAX DO REPRESENTANTE EM BRASÍLIA:	

Obs.: Preenchimento com “letra de forma”.

Recebi da Defensoria Pública Geral da União - DPGU, cópia do Edital do Pregão nº 19/2007, cuja realização será no dia 14/11/2007, às 14:00H, na Esplanada dos Ministérios – Anexo II do Ministério da Justiça – 2º andar, em Brasília-DF.

Brasília - DF., ____ de _____ de 2007.

Ass.: _____

ATENÇÃO!

OS INTERESSADOS QUE RETIRAREM O EDITAL PELA INTERNET, DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE COMPROVANTE, DEVIDAMENTE PREENCHIDO, À DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO, ATRAVÉS DO **FAX N.º (61) 3429-9346**.



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2007

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 08038.010319/2006-21

Tipo de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO

Data: 19/11/2007.

Horário: 15:30Hs (Horário de Brasília)

Endereço: www.comprasnet.gov.br

A Defensoria Pública Geral da União por meio da sua Pregoeira, designada pela Portaria n.º 317, de 25 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2007, levam ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, incluindo toda mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas, ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho, e fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone, para atender a Defensoria Pública-Geral da União, as Defensorias Públicas da União no Distrito Federal e nos Estados bem como suas futuras instalações em todo o território nacional.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei n.º 10.520/2002; Decreto n.º 3.555/2000, e suas alterações; Decreto n.º 3.931/2001, Decreto n.º 5.450/2005, Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei n.º 8.666/1993, e suas alterações, e demais legislação correlata, consoante condições e especificações constantes deste Edital e seus Anexos.

ESTRUTURA DO EDITAL

- 1 - DO OBJETO
- 2 - DA PARTICIPAÇÃO
- 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
- 4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
- 5 - DA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS
- 6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 8 - DA HABILITAÇÃO
- 9 - DOS PROTÓTIPOS
- 10- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
- 11 - DOS RECURSOS
- 12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 13 - DO CONTRATO
- 14 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
- 15 - DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇOS
- 16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 17 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

1 - DO OBJETO

O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, incluindo toda mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas, ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho, e fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone, a serem executados na Defensoria Pública-Geral da União, as Defensorias Públicas da União no Distrito Federal e nos Estados bem como suas futuras instalações em todo o território nacional, de acordo com as condições, especificações e demais informações constantes do Termo de Referência, Modelo da Ata de Registro de Preços e Minuta do Contrato, que integram este Edital como se nele transcritos estivessem.

2 – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que estiverem **cadastradas e habilitadas parcialmente** no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, nos termos da IN/MARE nº 05/1995, Decreto nº 3.722, de 09/01/01 e suas alterações, cujo registro será confirmado via consulta **on line**, devidamente assinado pela Pregoeira, membros da equipe de apoio e por todos os representantes das licitantes presentes no ato de abertura; ou as interessadas que apresentarem no envelope de habilitação os documentos exigidos para cadastramento e habilitação parcial no **SICAF**, conforme Decreto nº 4.485 de 25/11/2002 e que atenderem todos os requisitos, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecidos neste Edital.

2.2 A participação na licitação importa total e irrestrita submissão das licitantes às condições deste Edital.

2.3 Os licitantes que desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão, quando solicitados pela Pregoeira, apresentar o **TERMO DE OPÇÃO**, conforme modelo constante do Anexo VI.

2.3.1 DA OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

2.3.2 As licitantes que optarem pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar o **Termo de Opção** conforme modelo constante do Anexo VI, **acompanhado da documentação comprobatória** e seu enquadramento como Microempresa - ME, ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, caso a consulta ao site da Receita Federal não seja suficiente para a comprovação.

2.3.3 Nos termos do art. 3.º da LC n.º 123/2006, são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das **microempresas**, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta** igual ou **inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)**;

II - no caso das **empresas de pequeno porte**, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta** superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou **inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais)**.

2.3.4 Nos termos do § 1.º do art. 3.º da LC n.º 123/2006, considera-se **receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.**

2.3.5 No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite de valor para fins de enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses (§ 2.º do art. 3.º da LC n.º 123/2006).

2.3.6 Para fins de determinação da receita bruta auferida, poderá ser considerado **o regime de competência ou de caixa**, mantido o critério para todo o ano-calendário (art. 4.º, § 2.º da Instrução Normativa SRF nº 608, de 9 de janeiro de 2006).

2.3.7 Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na LC n.º 123/2006, para nenhum efeito legal, a **pessoa jurídica** (§ 4.º do art. 3.º da LC n.º 123/2006):

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da LC n.º 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3.º daquela norma;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela LC n.º 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3.º daquela norma;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3.º da LC n.º 123/2006;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.3.8 O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados (§ 3.º do art. 3.º da LC n.º 123/2006).

2.3.9 Assim que solicitado pela Pregoeira, deverão os licitantes que optarem pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, enviar o **Termo de Opção (Anexo VI)** e a **documentação comprobatória** (caso a consulta ao site da Receita Federal não seja suficiente para a comprovação).

2.3.10 Caso não haja optantes, a Pregoeira procederá de imediato à fase de recebimento das propostas e formulação de lances.

2.3.11 Todos os licitantes terão acesso à documentação apresentada, se assim o desejarem.

2.3.12 Em não sendo possível analisar toda a documentação, a sessão será suspensa e a Pregoeira designará nova data para divulgação das empresas optantes que foram qualificadas como ME ou EPP.

2.3.13 Da decisão que reconhecer a qualidade de ME ou EPP aos optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, caberá recurso, a ser interposto de acordo com o rito previsto no art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005.

2.4 Não poderão direta ou indiretamente, participar desta licitação:

2.4.1 Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, fusão, cisão ou incorporação;

2.4.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Federal;

2.4.3 Empresas que estejam reunidas em consórcio e não seja controladora, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.4.4 Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.5 Pessoa Física;

2.4.6 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada à Defensoria Pública Geral da União, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

2.4.7 Empresas que não realizaram a vistoria e que não tiveram os protótipos aprovados.

2.4.8 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas: que se constituam como Cooperativas de Trabalho, nos termos do TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL celebrado entre a União e o Ministério Público do trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, conforme Anexo VI deste Edital.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (§ 1º, art. 3º do Decreto 5.450/2005, no site: <http://www.comprasnet.gov.br>).

3.2 - O Credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação;

3.3 - O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (§ 6º, art. 3º do Decreto 5.450/2005).

3.4 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Defensoria Pública-Geral da União, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, Art.3º do Decreto 5.450/2005).

3.5 - Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital, incluindo, para os órgãos integrantes do SISG, aquelas que não estejam contempladas perante o SICAF (§ 2º, do art. 21, do Decreto nº 5.450/2005).

3.6 - **As restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal não constituem impedimento de manifestar no campo próprio o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, em se tratando de licitantes qualificados como ME ou EPP.**

4 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (inciso III, art. 13, Decreto 5.450/2005);

4.2 - Incumbirá, ainda, ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inciso IV, art. 13 Decreto 5.450/2005).

4.3 - A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, no valor global, para cada item cotado. As propostas deverão ser enviadas no momento da publicação do edital até a data e hora marcadas para abertura da sessão e são permitidas alterações neste mesmo prazo, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (§ 1º e 2º, art. 21 Decreto 5.450/2005).

4.4 - A Proposta de Preços do Edital deverá ser formulada contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado e **enviada em 24 (vinte e quatro) horas via fax: (061)3429-9346, e os originais deverão ser remetidos em até 72(setenta e duas) horas, via correio**, após o encerramento da sessão, contendo, os seguintes dados:

4.4.1 - Ser apresentada, em original, papel timbrado da licitante ou apenas identificada contendo nome ou sua razão social, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos por item, expressos, obrigatoriamente, em Real;

4.4.2 - Prazo de validade da proposta **não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da abertura deste Pregão.

4.5 - Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão;

4.6 – Declaração dando ciência de que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação, conforme dispõe o artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002;

4.7 - Consignar a assinatura do responsável e do representante legal da empresa na proposta, bem como a identificação de seu nome abaixo da assinatura. A não identificação do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo, esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

4.8 – No julgamento da habilitação e das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (Art. 26, § 3º Decreto nº 5.450/2005);

4.9 - A pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;

4.10 - Após à apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e imprevisível aceito pela Pregoeira;

4.11 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

4.12 - A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 19/2007**, com a divulgação das propostas de preços recebidas conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450, publicado no D.O. de 01 de junho de 2005.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1- Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

6.3 – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

6.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

6.5 - Caso a proposta classificada em primeiro lugar **não** tenha sido apresentada por ME ou EPP (art. 45, § 2.º, da LC n.º 123/2006), adotar-se-á o seguinte procedimento:

6.6 - Em havendo proposta de licitante qualificado como ME ou EPP de valor igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar, a ME ou EPP **mais bem classificada** poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 44, § 2.º e 45, I, da LC n.º 123/2006);

6.7 - Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP na forma do item anterior, serão convocadas as ME e EPP remanescentes que **porventura** se enquadrem no limite estabelecido no item 6.6), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (art. 45, II, da LC n.º 123/2006);

6.8 - No caso de empate dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem em acordo com o estabelecido no item 6.6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro apresentar melhor oferta (art. 45, III, da LC n.º 123/2006);

6.9 - Não ocorrendo a hipótese descrita no item 6.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, § 1.º, da LC n.º 123/2006).

6.10 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

6.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento aleatório, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. Findo o prazo, automaticamente, será encerrada a recepção de lances;

6.12 - Após o fechamento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

6.13 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

6.14 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **10** (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Para o julgamento das propostas será adotado o **critério de menor preço por item**.

7.1 - Após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, a Pregoeira anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.2 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.2.1 - Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, a Pregoeira, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.3 - Se o licitante não encaminhar, no prazo estabelecido neste Edital, a documentação solicitada, poderá ter sua proposta desclassificada.

7.4 - Ao final da sessão, o licitante vencedor deverá encaminhar, no prazo máximo **de 24 (vinte e quatro) horas, via fax: (061)3429-9346, a PROPOSTA DE PREÇO e DOCUMENTAÇÃO, e os originais deverão ser remetidos em até 72(setenta e duas) horas via correio, a PROPOSTA DE PREÇO ORIGINAL elaborada em conformidade com o estabelecido no subitem 4.7,** com os respectivos valores readequados ao valor total

representado pelo lance vencedor e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ORIGINAIS** que foram encaminhados via fax;

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelope individual, devidamente fechado e identificado.

8.2 As empresas deverão estar Cadastradas e Habilitadas Parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado – **SICAF**, sendo que sua regularidade será confirmada através de consulta **ON-LINE**, e habilitar-se-ão mediante a apresentação de:

a) Registro ou Inscrição da licitante e de seu Responsável Técnico na entidade profissional competente (CREA), em plena validade, comprovando estar a licitante apta ao desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação;

b) Comprovante que a licitante possui em seu Quadro Permanente, Responsável Técnico, devidamente registrado no CREA, responsável pelos serviços constantes na proposta;

b.1) Fica determinado que como pertencente ao Quadro Permanente da licitante, o sócio, o diretor (detentor de cargo de gestão) ou o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro registrada na Delegacia Regional do Trabalho ou contrato de prestação de serviços.

c) Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado acompanhados pelas respectivas certidões expedidas ou visados pelo CREA da região em que a licitante estiver vinculada, para as quais a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços compatíveis com o objeto deste Edital;

c.1) Atestado de Capacidade Técnica que comprove que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando, satisfatoriamente, serviços com características similares ao objeto desta licitação (pelo menos 1 atestado);

c.2) Atestado de Capacidade Técnica que comprove que o Responsável Técnico tenha experiência em serviços compatíveis com o objeto desta licitação (pelo menos 1 atestado).

d) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

e) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade, conforme modelo abaixo.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E MÃO-DE-OBRA INFANTIL

_____ (razão social na empresa) inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico n.º xx/2007, **DECLARA** expressamente que:

- Até a presente data, inexistem fatos supervenientes a seu cadastro junto ao SICAF impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data, nome e assinatura do Responsável pela licitante

f) Comprovação da boa situação financeira da empresa feita de forma objetiva junto ao SICAF.

f.1) A comprovação da boa situação financeira a que se refere a alínea anterior (**f**), estará comprovada na hipótese de a licitante dispor de Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um inteiro), calculado de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

g) Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto, bem como a qualificação de cada um dos principais membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

h) Declaração de Vistoria (**somente para a empresa vencedora do certame e quando for solicitada a ordem de serviço**), expedida pela Defensoria Pública-Geral da União e suas Defensorias Públicas da União no Distrito Federal e nos Estados, assinada pelo Técnico Responsável da licitante de que vistoriou as instalações de cada unidade, comprovando estar inteirada das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

i) Poderá prosseguir no certame o licitante previamente qualificado como ME ou EPP que apresente **alguma restrição** na documentação por ele fornecida para fins de comprovação da **regularidade fiscal** (art 43, § 1.º, da LC n.º 123/2006), ficando desde já advertido que, caso seja declarado vencedor, disporá de 02 (dois) dias úteis, **(contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame – art. 4.º, XV, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002)**, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, **sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art 43, § 2.º, da LC n.º 123/2006).

j) A vistoria deverá ser obrigatoriamente agendada, através dos telefones indicados no quadro abaixo, de segunda a sexta-feira, no horário comercial;

QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO LOCAL DEFENSORIAS PÚBLICAS DA UNIÃO:

LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
DPGU	Esplan. Dos Ministérios, Anexo II, 2º andar – Ministério da Justiça – Brasília-DF	(61) 3429-9832
DPU – Brasília/DF	SCRN 704/705, Bloco C, nº 40/45/48 – Asa Norte – Brasília – DF	(61) 3347-7767
DPU – Brasília/DF- Categoria Especial	SCS Qd. 02 Ed. Toufic – 4º,5º,6º,7º andar – Brasília/DF	(61) 3323-6343
DPU – Brasília/DF- STJ	SAFS QD. 06 LOTE 01 BL. C – 2º andar – sala C 241 – Brasília/DF.	(61) 3319-8215/3319-8216
DPU – Brasília/DF- STF	Praça dos três poderes – Anexo II sala Nabuco de Araújo nº 452 – Brasília/DF.	(61) 3217-3797/3217-3799
DPU – Brasília/DF- Juizado especial	SAS 9º andar – Ed. Funasa – Brasília/DF	(61) 3322-0517/3321-6198
DPU – Belém/PA	R.Senador Manoel Barata, 718, Ed. Infante de Sagres – Bairro Campina- Belém/PA	(91) 3224-3709/3224-4068
DPU – Belo Horizonte/MG	Av. Contorno, 7.962 – Ed. Diniz Center – Bairro Stº Agostinho – Belo Horizonte/MG	(31) 3292-7769/3292-7813
DPU – Boa Vista/RR	Rua Coronel Pinto, nº 248– Centro – Boa Vista - RR	(95) 3224-8005/3224-9143
DPU – Goiânia/GO	Rua, 22, nº 305 – Quadra G10, lote 36 – Setor Oeste – Goiânia/GO	(62) 3214-1530/3215-5631
DPU – Juiz de Fora/MG	Av. Barão do Rio Branc, 2.721, salas 1008 a 1010 – Ed. Golden Center – Centro – Juiz de Fora/MG	(32) 3215-5536/3218-1338
DPU – Manaus/AM	Rua Ferreira Pena, 179 – Centro – Manaus/AM	(92) 3233-2020/3622-5037/3671-6481
DPU – Rio Branco/AC	Rua Rui Barbosa, 142 – Rio Branco/AC	(68) 3224-7479
DPU – Salvador/BA	Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade, salas 1301/1314 – Caminho das Árvores – Salvador/BA	(71) 3341-1547/3341-2490
DPU – Teresina/PI	Rua Felix Pacheco, nº 1.709 – centro – Teresina/PI	(86) 3223-7580/3226-1133
DPU – Rio de Janeiro/RJ	Av. General Justo, 365, 5º andar – Rio de Janeiro/RJ	(21) 2220-4556/2517-3301
DPU – Vitória/ES	Rua Profº Baltazar nº 113 – Centro – Vitória/ES	(27) 3222-2492/0490
DPU – Campinas/SP	Av. Glicério, nº 1.110 – Centro – Campinas/SP	(19) 3234-9299/9276
DPU – Guarulhos/SP	Rua Quitandinha, nº 21, sala 11 – Vila Galvão – Guarulhos/SP	(11) 6455-2756/6497-4176
DPU – Santos/SP	Rua Alexandre Herculano nº 114 – Boqueirão – Santos/SP	(13) 3221-6394/3222-3659
DPU- São Paulo/SP	Rua da Consolação, 2005/2009 – Bairro	(11) 3231-0866/3231-

	Consolação – São Paulo/SP	2833/3231-0665
DPU – Campo Grande/MS	Rua Barão de Melgaço, nº 147 – Centro – Campo Grande/MS	(67) 3324-1305/3324-2664
DPU – Bagé/RS	Rua Juvêncio Lemos, nº 566 – Centro – Bagé/RS	(53) 3241-2122
DPU – Pelotas/RS	Rua XV de Novembro, nº 658 – Centro – Pelotas/RS	(53) 3227-1655/3227-0172
DPU – Porto Alegre/RS	Travessa Engenheiro Acelino de Carvalho, 21 – 10º andar – Centro – Porto Alegre/RS	(51) 3212-5212-3211-5555
DPU - Santa Maria/RS	Rua Duque de Caxias, nº 1.881 – Santa Maria/RS	(55) 3217-9110/3217-8038
DPU – Curitiba/PR	R. Voluntário da Pátria, nº 547 – Centro – Curitiba/PR	(41) 3304-4375/4377/4373
DPU – Florianópolis/SC	Rua Coronel Lopes Vieira, nº 114 – Centro – Florianópolis/SC	(48) 3222-7071/3223-5259
DPU – Aracaju/SE	Av. Augusto Maynard, 366 – Bairro São José – Aracaju/SE	(79) 3214-0946/0486/0460

DPU – João Pessoa/PB	Av. Santa Catarina, nº 621 – Bairro dos Estados – João Pessoa/PB	(83) 3224-3032/3225-8987
DPU – Fortaleza/CE	Rua Tabajara, nº 265 – Praia de Iracema – Fortaleza/CE	(85) 3219-0052/1049
DPU – Maceió/AL	Praça dos Palmares, s/nº - Ed. Palmares – 13º andar – Centro – Maceió/AL	(82) 3326-9900/3221-0379
DPU – Natal/RN	Av. Deodoro da Fonseca, nº 601 – Cidade Alta – Natal/RN	(84) 3222-5160/3221-5688
DPU – Recife/PE	Rua Dantas Barreto, 1.090 – 1º, 2º e 3º pavimento, Ed. São Miguel – São José – Recife/PE	(81) 3224-0256/0165/4039/0355
DPU – São Luiz/MA	São Luiz/MA (unidade em fase de implantação)	-----
DPU – Macapá/AP	Macapá/AP (unidade em fase de implantação).	-----
DPU – Palmas/TO	Qd. 104 sul – Rua SE – 1 nº 38 - Centro Palmas /TO	(63) 3218-2012
DPU – Porto Velho/RO	Porto Velho/RO (unidade em fase de implantação).	-----
DPU – Cuiabá/MT	Cuiabá/MT (unidade em fase de implantação).	-----
DPU – Cascavel /PR	Cascavel/PR (unidade em fase de implantação).	-----

k) Não serão agendadas duas ou mais vistorias para um mesmo horário;

l) Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento do objeto da licitação e de que está de acordo com todas as exigências do Edital da licitação e seus Anexos.

m) Declaração de que a licitante, no caso de sagrar-se vencedora da licitação, manterá em BRASÍLIA-DF, sede, filial ou representação dotada de infra-estrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, máquinas e ferramental necessário e suficiente para a

prestação dos serviços. Caso a licitante não tenha sede em Brasília, a mesma deverá atender tal exigência em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato;

8.3 As licitantes não cadastradas junto ao SICAF deverão apresentar toda a documentação deste Sistema, inclusive a comprovação da boa situação financeira.

8.4 As licitantes que, embora cadastradas no **SICAF**, estejam com situação irregular neste Sistema, poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade relativamente aos dados vencidos ou não atualizados.

8.5 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.6 Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de **cópia devidamente autenticada por tabelião de notas**, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

8.7 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará a licitante inabilitada.

8.8 Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não houverem sido entregues no devido prazo para apresentação. A falta material de quaisquer documentos implicará a inabilitação da licitante.

8.9 Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria licitante e o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão, exceto os Atestados de Capacidade Técnica.

8.10 A não apresentação de documentos ou o não cumprimento de quaisquer das exigências deste item, importará em imediata inabilitação da licitante.

8.11 Os documentos relacionados neste Edital referir-se-ão sempre ao domicílio da empresa cadastrada no **SICAF**, exceto os Atestados de Capacidade Técnica.

9 – DOS PROTÓTIPOS

9.1 A empresa **declarada vencedora** deverá apresentar protótipos (devidamente montados), no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, referentes às divisórias, conforme abaixo:

Item	Material-Especificação
01	Um Módulo de 800 mm de largura; 2.500 mm de altura, no padrão “A”, com porta, bandeira e ferragens.
02	Um Módulo de 1.000 mm de largura e 2.500 mm de altura, no padrão “D”.

9.2 Local de entrega/montagem dos protótipos:

(LOCAL A SER DEFINIDO QUANDO DA CONTRATAÇÃO)

9.3 A entrega e montagem dos protótipos deverão ser obrigatoriamente agendadas, pelos telefones (61) 3429-9870 (Assessoria COLOP) – (61) 3429-3694 (Coordenação de Logística e Patrimônio), de segunda a sexta-feira, no horário comercial;

9.4 A Coordenação Logística e Patrimônio encarregada de aprovar os protótipos, emitirá a Declaração de Aprovação/Aceitação dos Protótipos, em até 02 (dois) dias úteis após a montagem final dos mesmos.

9.5 A empresa declarada vencedora que não tiver seu protótipo aprovado, será inabilitada.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, em até **02** (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública (art. 18 do Decreto 5.450/2005), encaminhada por meio do site www.comprasnet.gov.br.

10.2 Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por outro meio que não o eletrônico e vencidos os respectivos prazos legais

10.3 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, na forma eletrônica (dpulitacao@mj.gov.br) ou **por escrito** através do **fax: (61) 3429-9346**, em até **03** (três) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da sessão pública (art. 19 do Decreto 5.450/2005).

10.4 - Não serão reconhecidas impugnações e/ou esclarecimentos que não obedeçam aos subitens 10.1 e 10.2, e os enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

10.5 - Caberá à Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.6 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.7- O teor das impugnações e questionamentos/esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema ComprasNet, no site www.comprasnet.gov.br, por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados.

10.8- Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas

11 - DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, que deverá ser encaminhado a Pregoeira na **Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC**, indicado no item 11.6, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos em repartição.

11.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.3 - Qualquer recurso e/ou impugnação contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

11.4 - A petição poderá ser feita na própria sessão eletrônica e será reduzida a termo em ata.

11.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **Coordenação de Licitações e Contratos - COLIC, Ministério da Justiça, Bloco "T", Esplanada dos Ministérios, sala 234, 2º andar, Anexo II, em Brasília – DF**, em dias úteis, no horário de 09h00 às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.

12 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preço, na forma de minuta, com a licitante primeira classificada.

12.2 A DPGU convocará formalmente a licitante vencedora, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, informando o local, data e hora para assinatura da Ata de Registro de Preços.

12.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante vencedora, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela DPGU.

12.3 No caso da licitante vencedora primeira classificada, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço, sem prejuízo das sanções, a DPGU registrará as demais licitantes, na ordem de classificação.

12.4 Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento conforme artigo 10 do Decreto 3.931/01.

12.5 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração, mediante prévia consulta e autorização da DPGU.

13 – DO CONTRATO

13.1 A licitante detentora da Ata de Registro de Preços quando convocada, deverá comparecer para assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período.

13.3 Como condição de celebração do Contrato, a licitante deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

13.4 Na hipótese de a licitante não atender à condição acima ou recusar-se a assinar o Contrato sem apresentar pertinente justificativa, a Defensoria Pública-Geral da União convocará a segunda licitante classificada e, assim, sucessivamente, se for o caso, na ordem de classificação sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.5 Outras condições tais como as **VIGÊNCIA, OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, PRAZO DE EXECUÇÃO, GARANTIA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**, constam da Minuta do Contrato, parte integrante deste Edital, que deverá ser observada pela licitante antes de formular a proposta.

13.6 O referido Contrato poderá ser prorrogado com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

13.7 O critério de reajuste do mesmo, será nos termos do art. 40, inciso XI, do mesmo dispositivo legal.

14 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A licitante vencedora terá o seu registro de preços cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa:

14.1.1 A pedido, quando:

14.1.1.1 Comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

14.1.1.2 O preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

14.1.2 Por iniciativa da DPGU:

14.1.2.1 Quando a licitante vencedora:

14.1.2.1.1 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.2.1.2 Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

14.1.2.1.3 Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços e do Contrato;

14.1.2.1.4 Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços e do Contrato;

14.1.2.1.5 Deixar de cumprir total ou parcialmente as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, nos pedidos dela decorrentes ou no Contrato.

14.1.2.1.6 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

14.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a DPGU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará as Proponentes a nova ordem de registro.

15 - DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente por decurso do prazo de vigência.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante vencedora, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da DPGU, isolada ou cumulativamente:

16.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

16.1.2 Cancelamento do registro na Ata.

16.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela DPGU, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

16.2.1 Advertência.

16.2.2 Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor total da proposta no caso de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

16.2.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à DPGU, por prazo de até 02 (dois) anos.

16.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a DPGU pelos prejuízos resultantes, ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

16.3 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades, será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

16.4 As sanções que vierem a ser aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

16.5 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à DPGU.

17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 As despesas com o objeto deste Edital correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada à Unidade Gestora: 200140 e Elementos de Despesas: **33.90.39.16**.

17.2 As Notas de Empenho somente serão emitidas quando da formalização do contrato, se for o caso.

18 – DO EMPENHO

18.1 – A emissão da Nota de Empenho em favor da licitante vencedora só poderá ser efetuada após a consulta ao CADIN, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; e

18.2 – Caso comprovada ocorrência no CADIN, a licitante será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 É facultada à Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.2 Fica assegurado a DPGU o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.3 A Ata de Registro de Preços resultante desta licitação terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

19.4 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a DPGU não será obrigada a firmar o Contrato que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada à licitante vencedora, beneficiária do registro, preferência de execução do objeto desta licitação, em igualdade de condições.

19.5 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a DPGU não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

19.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na DPGU.

19.9 O foro para dirimir questões oriundas ao presente Edital, é competente o juízo da Justiça Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal.

19.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, **por escrito**, à Pregoeira, na Sede da DPGU na Sala 234, do Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, em Brasília.

19.11 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

19.12 Caso haja divergências entre o constante deste Edital e do Termo de Referência, em especial no tocante à **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, prevalecerão as exigências feitas neste Edital.

20 – DOS ANEXOS DO EDITAL

12.1 Integram e fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo I – A Caderno de especificações técnicas

Anexo II – Planilha de Preços Referenciais (**onde constam as especificações, a ordem e os quantitativos que deverão ser considerados como MODELO para a elaboração da proposta**)

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IV – Minuta do Contrato

Anexo V – modelo Declaração de Vistoria

Anexo VI – Termo de Opção ME e EPP

Anexo VII – Termo de Conciliação Judicial

Anexo VIII – Acórdão TCU 950/2007.

Brasília - DF, 14 de novembro de 2007.

GISLEIDE ALVES DE JESUS
Pregoeira/DPGU



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO N.º 19/2007

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto estabelecer as condições para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, incluindo toda mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas, ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho, e fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone para atender a Defensoria Pública-Geral da União, as Defensorias Públicas da União no Distrito Federal e nos Estados bem como suas futuras instalações em todo o território nacional, de acordo com as condições, especificações e demais informações constantes presente documento. Fazem parte e integra este Termo de Referência o Caderno de Especificações Técnicas – ANEXO I deste Termo de Referência

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação que se pretende realizar, para a finalidade e sob as condições estabelecidas neste Termo de Referência, se justificam pela necessidade de dar seqüência à padronização de divisórias, iniciada em 2005, e de racionalizar o aproveitamento das áreas disponíveis e ampliações em outros estados, com o propósito de acomodar novas Defensorias e de atender à expansão das existentes, tudo em função da melhoria do atendimento aos usuários. Sendo de máxima importância, pois as Defensorias Públicas da União nos Estados e no Distrito Federal, visando que outras estão em fase de implantação, não dispõe de autonomia administrativa e financeira, com isso dependem da Defensoria Pública-Geral da União, solicitando os serviços e materiais necessários para a execução.

A Defensoria Pública-Geral da União não dispõe no quadro de pessoal - Engenharia Civil, com mão-de-obra especializada em confeccionar projetos de engenharia, visto que a **empresa a ser contratada deverá elaborar todo o Projeto Executivo**, bem como o trabalho a ser executado.

Os imóveis utilizados pela Defensoria Pública-Geral da União e pelas Defensorias Públicas nos Estados e Distrito Federal, são imóveis em péssimo estado de conservação e os locados não estão adaptados à realidade das mesmas. Como as Defensorias Públicas da União atende a idosos, deficientes e gestantes é necessário à adaptação para atendimento ao público.

O Procedimento para contratação será requerido pela Defensoria Pública da União no Estado, encaminhado a Defensoria Pública-Geral da União, a qual será submetida à análise; sendo autorizado será efetivado um contrato para cada requisição, juntamente com o seu Projeto Executivo.

Por fim, a contratação de serviços de divisórias se faz necessária, haja vista a grande demanda de solicitações, de acordo com o Anexo I do Termo de referência anexado ao processo licitatório.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Os serviços a serem realizados são os discriminados no Caderno de Especificações Técnicas (**ANEXO I-A** deste Termo de Referência), que faz parte e integra o presente Termo de Referência.

4. LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão executados na Defensoria Pública-Geral da União, nas suas unidades no Distrito Federal, nos Estados, bem como suas futuras instalações em todo território nacional conforme quadro de endereço abaixo:

QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO LOCAL DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DA UNIÃO:

LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
DPGU	Esplan. Dos Ministérios, Anexo II, 2º andar – Ministério da Justiça – Brasília-DF	(61) 3429-9832
DPU – Brasília/DF	SCRN 704/705, Bloco C, nº 40/45/48 – Asa Norte – Brasília – DF	(61) 3347-7767
DPU – Brasília/DF- Categoria Especial	SCS Qd. 02 Ed. Toufic – 4º,5º,6º,7º andar – Brasília/DF	(61) 3323-6343
DPU – Brasília/DF- STJ	SAFS QD. 06 LOTE 01 BL. C – 2º andar – sala C 241 – Brasília/DF.	(61) 3319-8215/3319-8216
DPU – Brasília/DF- STF	Praça dos três poderes – Anexo II sala Nabuco de Araújo nº 452 – Brasília/DF.	(61) 3217-3797/3217-3799
DPU – Brasília/DF- Juizado especial	SAS 9º andar – Ed. Funasa – Brasília/DF	(61) 3322-0517/3321-6198
DPU – Belém/PA	R.Senador Manoel Barata, 718, Ed. Infante de Sagres – Bairro Campina- Belém/PA	(91) 3224-3709/3224-4068
DPU – Belo Horizonte/MG	Av. Contorno, 7.962 – Ed. Diniz Center – Bairro Stº Agostinho – Belo Horizonte/MG	(31) 3292-7769/3292-7813
DPU – Boa Vista/RR	Rua Coronel Pinto, nº 248– Centro – Boa Vista - RR	(95) 3224-8005/3224-9143
DPU – Goiânia/GO	Rua, 22, nº 305 – Quadra G10, lote 36 – Setor Oeste – Goiânia/GO	(62) 3214-1530/3215-5631
DPU – Juiz de Fora/MG	Av. Barão do Rio Branc, 2.721, salas 1008 a 1010 – Ed. Golden Center – Centro – Juiz de Fora/MG	(32) 3215-5536/3218-1338
DPU – Manaus/AM	Rua Ferreira Pena, 179 – Centro – Manaus/AM	(92) 3233-2020/3622-5037/3671-6481
DPU – Rio Branco/AC	Rua Rui Barbosa, 142 – Rio Branco/AC	(68) 3224-7479
DPU – Salvador/BA	Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade, salas 1301/1314 – Caminho das Árvores – Salvador/BA	(71) 3341-1547/3341-2490
DPU – Teresina/PI	Rua Felix Pacheco, nº 1.709 – centro – Teresina/PI	(86) 3223-7580/3226-1133

DPU – Rio de Janeiro/RJ	Av. General Justo, 365, 5º andar – Rio de Janeiro/RJ	(21) 2220-4556/2517-3301
DPU – Vitória/ES	Rua Profº Baltazar nº 113 – Centro – Vitória/ES	(27) 3222-2492/0490
DPU – Campinas/SP	Av. Glicério, nº 1.110 – Centro – Campinas/SP	(19) 3234-9299/9276
DPU – Guarulhos/SP	Rua Quitandinha, nº 21, sala 11 – Vila Galvão – Guarulhos/SP	(11) 6455-2756/6497-4176
DPU – Santos/SP	Rua Alexandre Herculano nº 114 – Boqueirão – Santos/SP	(13) 3221-6394/3222-3659
DPU- São Paulo/SP	Rua da Consolação, 2005/2009 – Bairro Consolação – São Paulo/SP	(11) 3231-0866/3231-2833/3231-0665
DPU – Campo Grande/MS	Rua Barão de Melgaço, nº 147 – Centro – Campo Grande/MS	(67) 3324-1305/3324-2664
DPU – Bagé/RS	Rua Juvêncio Lemos, nº 566 – Centro – Bagé/RS	(53) 3241-2122
DPU – Pelotas/RS	Rua XV de Novembro, nº 658 – Centro – Pelotas/RS	(53) 3227-1655/3227-0172
DPU – Porto Alegre/RS	Travessa Engenheiro Acelino de Carvalho, 21 – 10º andar – Centro – Porto Alegre/RS	(51) 3212-5212-3211-5555
DPU - Santa Maria/RS	Rua Duque de Caxias, nº 1.881 – Santa Maria/RS	(55) 3217-9110/3217-8038
DPU – Curitiba/PR	R. Voluntário da Pátria, nº 547 – Centro – Curitiba/PR	(41) 3304-4375/4377/4373
DPU – Florianópolis/SC	Rua Coronel Lopes Vieira, nº 114 – Centro – Florianópolis/SC	(48) 3222-7071/3223-5259
DPU – Aracaju/SE	Av. Augusto Maynard, 366 – Bairro São José – Aracaju/SE	(79) 3214-0946/0486/0460
DPU – João Pessoa/PB	Av. Santa Catarina, nº 621 – Bairro dos Estados – João Pessoa/PB	(83) 3224-3032/3225-8987
DPU – Fortaleza/CE	Rua Tabajara, nº 265 – Praia de Iracema – Fortaleza/CE	(85) 3219-0052/1049
DPU – Maceió/AL	Praça dos Palmares, s/nº - Ed. Palmares – 13º andar – Centro – Maceió/AL	(82) 3326-9900/3221-0379
DPU – Natal/RN	Av. Deodoro da Fonseca, nº 601 – Cidade Alta – Natal/RN	(84) 3222-5160/3221-5688
DPU – Recife/PE	Rua Dantas Barreto, 1.090 – 1º, 2º e 3º pavimento, Ed. São Miguel – São José – Recife/PE	(81) 3224-0256/0165/4039/0355
DPU – São Luiz/MA	São Luiz/MA (unidade em fase de implantação)	-----
DPU – Macapá/AP	Macapá/AP (unidade em fase de implantação).	-----
DPU – Palmas/TO	Qd. 104 sul – conj. 04 – lote nº 10 – AV. LO Palmas /TO	(63) 3218-2012
DPU – Porto Velho/RO	Porto Velho/RO (unidade em fase de implantação).	-----
DPU – Cuiabá/MT	Cuiabá/MT (unidade em fase de implantação).	-----
DPU – Cascavel /PR	Cascavel/PR (unidade em fase de implantação).	-----

5. NORMAS DE EXECUÇÃO

5.1. Para cada solicitação de serviço a licitante contratada deverá realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os mesmos, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas e providenciar um projeto executivo para sua plena realização;

5.2. Os serviços serão fiscalizados por servidor designado pela Defensoria Pública-Geral da União, denominado Fiscal, independente de qualquer outra supervisão ou assessoramento a seu exclusivo juízo;

5.3. A licitante contratada deverá designar técnico responsável pela execução dos serviços que será o elemento de contato com a DPGU;

5.4. A licitante contratada fornecerá, além da mão de obra, todo o material e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte. Somente serão aceitos materiais compatíveis com a aplicação a que se destinam, devendo ser recusados pela Fiscalização os que se encontrarem fora de especificação;

5.5. A Fiscalização se reserva o direito de impugnar os serviços que não forem feitos a contento, ficando a licitante contratada obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para a DPGU;

5.6. O depósito de materiais deverá ser instalado em local previamente aprovado e sob a responsabilidade da licitante contratada;

5.7. Os horários de execução dos serviços ficarão a exclusivo critério da Fiscalização, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer os critérios estabelecidos de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos das diversas Unidades da DPU, podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;

5.8. Será de responsabilidade da licitante contratada toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, cabendo à Fiscalização a exigência do uso dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de determinar a paralisação imediata dos serviços;

5.9. O controle de qualidade e outros controles exigidos pela Fiscalização não eximem a licitante contratada das responsabilidades técnicas pelos serviços executados;

5.10. A licitante contratada providenciará, diariamente, a limpeza das áreas, evitando acúmulos de entulhos nos locais onde os serviços estão sendo realizados;

5.11. A licitante contratada ficará obrigada a executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Fiscalização. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

5.12. A licitante contratada na execução dos serviços deverá atender às recomendações dos fabricantes, obedecer às normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assuntos;

5.13. A licitante contratada deverá se responsabilizar por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados aos equipamentos, instalações e/ou patrimônio da DPGU, em decorrência da execução dos serviços, incluindo-se também os danos materiais e pessoais a terceiros, a que título for;

5.14. A DPGU solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços expedidas pela Fiscalização;

5.15. A licitante contratada deverá emitir orçamento prévio para cada Ordem de Serviço recebida e somente poderá iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela Fiscalização;

5.16. A DPGU solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços emitidas à licitante contratada, as quais somente serão liberadas para faturamento após a entrega e aceitação dos serviços, não se admitindo pagamento antecipado, mas somente dos serviços efetivamente executados;

5.17. O contrato a ser firmado não terá valor mensal fixo. Só terá despesa se houver emissão de Ordem de Serviço autorizando o mesmo, observando sempre os preços unitários da proposta vencedora.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, sendo, neste período, fixo e irrevogável, podendo, no interesse da Administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o limite de 60(sessenta) meses, conforme art. 57, Inciso II da Lei.8666/93.

7. GARANTIA

7.1. A licitante contratada deverá apresentar garantia equivalente a 3% (três por cento) do valor total estimado de cada Ordem de Serviço.

8 – DOS PROTÓTIPOS

8.1 A empresa **declarada vencedora** deverá apresentar protótipos (devidamente montados), no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, referentes às divisórias, conforme abaixo:

Item	Material-Especificação
01	Um Módulo de 800 mm de largura; 2.500 mm de altura, no padrão “A”, com porta, bandeira e ferragens.
02	Um Módulo de 1.000 mm de largura e 2.500 mm de altura, no padrão “D”.

8.2 Local de entrega/montagem dos protótipos:

(LOCAL A SER DEFINIDO QUANDO DA CONTRATAÇÃO)

8.3 A entrega e montagem dos protótipos deverão ser obrigatoriamente agendadas, pelos telefones (61) 3429-9870 (Assessoria COLOP) – (61) 3429-3694 (Coordenação de Logística e Patrimônio), de segunda a sexta-feira, no horário comercial;

8.4 A Coordenação Logística e Patrimônio encarregada de aprovar os protótipos, emitirá a Declaração de Aprovação/Aceitação dos Protótipos, em até 02 (dois) dias úteis após a montagem final dos mesmos.

8.5 A empresa declarada vencedora que não tiver seu protótipo aprovado, será inabilitada.

9. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

9.1. A licitação será realizada na modalidade de PREGÃO, do tipo menor preço, com REGISTRO DE PREÇOS, na forma da Lei nº 10.520, de 17.07.2002 e do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

10. ADJUDICAÇÃO

10.1. A adjudicação deverá ser feita pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

11. QUANTIDADE ESTIMADA

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, incluindo toda a mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas, ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho e fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone, para atender a Defensoria Pública-Geral da União, as Defensorias Públicas da União no Distrito Federal e nos Estados bem como suas futuras instalações em todo o território nacional.

1.1 – DIVISÓRIA ESPECIAL PADRÃO “A”			
Item	Modelo/Referência	Unidade	Quantidade Estimada
01	Padrão A-1	m ²	3000
02	Padrão A-2	m ²	1000
03	Padrão A-3	m ²	1000
04	Padrão A-4	m ²	300

1.2 – DIVISÓRIA EM DURAPLAC PADRÃO “B”			
05	Padrão B-1	m ²	1500
06	Padrão B-2	m ²	300
07	Padrão B-3	m ²	1000

1.3 – DIVISÓRIA QUADRICULADA PADRÃO “C”			
08	Padrão C-1	m ²	100

1.4 – DIVISÓRIA ACÚSTICA PADRÃO “D”			
09	Padrão D-1	m ²	1000
10	Padrão D-2	m ²	500

11	Padrão D-3	m ²	500
----	------------	----------------	-----

1.5 – DIVISÓRIA ESPECIAL PADRÃO “E”			
12	Padrão E-1	m ²	2000
13	Padrão E-2	m ²	800
14	Padrão E-3	m ²	800

1.6 – VISOR PARA PORTA			
15	Padrão A-1	m ²	50
16	Padrão A-2	m ²	50

1.7 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FERRAGENS			
17	Para porta simples La Fonte ou similar de 1ª qualidade.	Peça	300
18	Para porta simples Lockwell ou similar de 1ª qualidade.	Peça	150
19	Para porta dupla La Fonte ou similar de 1ª qualidade.	Peça	70

1.8 – GUICHÊ SEM PORTAS			
20	Padrão A-2 – laminado melamínico	m ²	30

1.9 – BALCÕES DE ATENDIMENTO			
21	Padrão A-2 – laminado fenólico melamínico	m ²	300

1.10 – FORNECIMENTO DE PERSIANAS HORIZONTAIS			
22	Padrão A-2 – laminado melamínico	m ²	1500

1.11 – REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS E ESTAÇÕES DE TRABALHO			
23	Desmontagem de divisórias	m ²	4.000
24	Montagem de divisórias	m ²	4.000
25	Desmontagem de estações de trabalho para 01 (uma) pessoa	Peça	200
26	Montagem de estações de trabalho para 01 (uma) pessoa	Peça	300
27	Desmontagem de estações de trabalho para 02 (duas) pessoas	Peça	100
28	Montagem de estações de trabalho para 02 (duas) pessoas	Peça	100
29	Desmontagem de estações de trabalho para 04 (quatro) pessoas	Peça	50
30	Montagem de estações de trabalho para 04 (quatro) pessoas	Peça	50

1.12 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTOS DE LÓGICA, ELÉTRICA E TELEFONE.			
31	Pontos de lógica	un	1500
32	Pontos de tomadas elétricas	un	1500
33	Pontos de telefone	un	1500

1.13 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA EXECUÇÃO DAS DIVISÓRIAS			
34	Elaboração de Projetos	m²	4.000

12. DESPESA ESTIMADA

12.1. A estimativa da despesa terá por base pesquisas de preços a serem realizadas pela Coordenação de Logística e Patrimônio/COLOP/DPGU.



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1 - DIVISÓRIA ESPECIAL – PADRÃO “A”

SERVIÇOS E FORNECIMENTOS:

ESTRUTURA GERAL DAS ELEVAÇÕES (A1 / A2 / A3 / A4 / A5

MONTANTE: Perfil em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de canaletas em toda a sua extensão para passagem de fiação, com tampas de saque independentes em cada lado da peça. O mesmo será fixo a guia de teto e piso através de suportes metálicos especiais, com acabamento bicromatado. Perfil apropriado para receber travessas horizontais e acessórios para a fixação de painéis e quadros de vidros, aceitando a regulagem independente de cada painel sem parafusos aparentes. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

SAÍDA DE PAREDE: Perfil confeccionado pelo processo de extrusão, dotado de canaletas em toda a sua extensão para passagem de fiação, em ambos os lados da peça. O mesmo será fixo à guia de teto e piso através de suportes metálicos especiais, ou ainda nas paredes existentes através de buchas e parafusos especiais, com acabamento bicromatado. Perfil apropriado para receber travessas horizontais e acessórios para a fixação de painéis e quadros de vidros, aceitando a regulagem independente de cada painel sem parafusos aparentes. Instalado com o uso de borracha neopreme auto-adesiva para vedação acústica. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

GUIA DE TETO: Perfil em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de canaletas em toda a sua extensão para passagem de fiação, em ambos os lados da peça. O mesmo será fixo ao teto através de buchas e parafusos especiais com acabamento bicromatado. Perfil apropriado para receber montantes, saída de parede, e acessórios para a fixação de painéis e quadros de vidros sem parafusos aparentes. Instalado com o uso de borracha neopreme auto-adesiva para vedação acústica. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática

com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

GUIA DE PISO: Perfil em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de quatro canais independentes em ambos os lados da peça em toda a sua extensão, formando um conjunto único, permitindo com esses canais a passagem de fiação elétrica, lógica e telefonia independente, sem contato entre as mesmas. Dotado com aba superior e inferior para encaixe dos rodapés permitindo o saque e colocação frontal. A guia será fixa ao piso, através de buchas e parafusos especiais com acabamento bicromatado. Instalado com o uso de borracha neopreme auto-adesiva para vedação acústica. Guia apropriada para receber montantes, saída de parede, e acessórios para a fixação de painéis e quadros de vidros sem parafusos aparentes. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

RODAPÉ: Perfil individual em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de aba com chanfro para encaixe perfeito na guia de piso proporcionando o saque e colocação frontal. Tampas em alumínio usinado ou poliestireno injetado na mesma cor dos rodapés. O perfil será dotado de furos estampados especialmente para saída de rede elétrica universal de 24.2 mm x 27.2 mm, RJ-45 para rede lógica 19.5 mm x 15 mm e RJ-11 para rede telefônica 19.5 mm x 15 mm com espaçamento entre si de 55 mm e uma estampa para rede estabilizada de 24 mm x 12 mm. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

QUADRO PARA VIDRO DUPLO: Quadros emoldurados por perfil em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de canaletas para encaixe de vidros de até 10mm de espessura. Perfil com formato angular (curvo) sem baguetes adicionais, formando um quadro rígido de cada lado da estrutura juntados por meio de acessório tipo cantoneira metálica com acabamento bicromatado formando juntas em 45° graus. Os mesmos serão encaixados à estrutura por meio de conectores e grapas especiais, todos em acabamento bicromatado, permitindo o saque frontal e individual dos mesmos. Serão distanciados entre si, com frisos reentrantes de 10mm. Os vidros serão instalados com o uso de guarnições e borrachas de pressão e atenuadores para uma melhor vedação acústica. O conjunto deverá permitir a instalação de micro-persianas entre vidros com comando externo de cabo de aço e botão giratório. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

QUADRO PARA VIDRO SIMPLES: Quadros emoldurados por perfil em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de canaleta para encaixe de um vidro de até 10mm de espessura. Perfil com formato angular (curvo) com mesma aparência do quadro de vidro duplo sem baguetes adicionais, formando um quadro rígido de cada lado da estrutura juntados por meio de acessório tipo cantoneira metálica com acabamento bicromatado formando juntas em 45° graus. Os mesmos serão encaixados à estrutura por meio de conectores e grapas especiais, todos em acabamento bicromatado, permitindo o saque frontal e individual dos mesmos. Serão distanciados entre si, com frisos reentrantes de 10mm. O vidro será instalado com o uso de guarnições e borrachas de pressão e

atenuadores para uma melhor vedação acústica. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

TRAVESSAS HORIZONTAIS TIPO: Perfil em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de canaletas em toda a sua extensão para passagem de fiação, em ambos os lados da peça. O mesmo será fixado à estrutura através de acessório de conexão, tipo fixador e acabamento bicromatado. Perfil apropriado para encaixar nos montantes, saída de parede e receber acessórios para a fixação de painéis e quadros de vidros. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

MARCOS DE PORTA: Perfil em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, dotado de canaletas em toda a sua extensão para passagem de fiação, em ambos os lados da peça. O mesmo será constituído por duas laterais e um contra marco superior juntos em 45° por meio de cantoneira especial com acabamento bicromatado e fixados à estrutura através de parafusos, porcas e arruelas especiais, com acabamento bicromatado. Perfil apropriado para encaixar nos montantes, saída de parede, guia de teto e piso e receber a instalação de porta de até 42mm de espessura. Os batentes deverão receber guarnições e borrachas de pressão com atenuadores para uma melhor vedação acústica. Instalado do piso ao teto e fixado pelo lado interno através dos acessórios especiais sem parafusos aparentes. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

PLACAS: Em MDF – chapa de fibra de média densidade, espessura de 15mm, moduladas, distanciadas entre si por frisos reentrantes de 10mm com topos encabeçados em perfil de PVC, ou conforme revestimentos, fixadas aos montantes através de grapas especiais que se encaixam aos conectores instalados nos montantes e saídas de parede permitindo o seu saque frontal.

PORTAS: Requadradas em madeira de lei seca e desempenada, contraplacadas em MDF – chapa de fibra de média densidade com 6 mm de espessura, com miolo em sarrafos de madeira e lâ de rocha de 40 kg/m³, medindo 800 mm x 2.100 mm e com bandeira até o teto na mesma espessura da porta ou placas removíveis de 15mm, com travessa em alumínio separado por friso reentrante de 10mm. Espessura acabada das portas: 40mm.

MONTANTES DE CANTO: Em perfil angular (curvo) 90° ou quadrangular em alumínio confeccionado pelo processo de extrusão, polido, fixo a estrutura através de parafusos especiais com acabamento bicromatado. Perfil apropriado para dar acabamento nos cantos e paredes divisórias perpendiculares. Material com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.

MIOLO DAS DIVISÓRIAS: Lã de rocha de 40kg/m³ de no mínimo 40mm de espessura.

REVESTIMENTOS: Laminado melamínico, texturizado em ambas as faces, na cor a ser definida. No caso do revestimento em tecido, o mesmo será apenas na face externa, constituído de tecido Algarve na cor a ser definida.

VIDROS: Para as paredes P.V. (painel e vidro), painel até 1.100 mm de altura e vidro até o teto, serão usados vidros transparentes, duplos com 6 mm de espessura. Podendo o vidro do lado externo ser com frisos jateados horizontais, distanciados a cada 25 mm e o vidro do lado interno totalmente liso e incolor, fixados em todo o seu perímetro com silicone incolor. Com possibilidade de instalação de micro persianas entre vidros. Os vidros poderão ser ainda pontilhados, canelados ou fantasia.

ACESSÓRIOS: Compostos por conectores, cliques, suportes para montantes e rodapés, cantoneiras, parafusos, porcas, arruelas, todos em aço. Acabamento zincado amarelo (bicromatado ou galvanizados com pintura eletrostática).

ESPESSURA FINAL DAS DIVISÓRIAS: 95 mm.

Item 1: Padrão A1 - painel tipo piso/teto, com painel cego com ou sem bandeira.

Item 2: Padrão A2 - painel tipo piso/teto, com painel cego até 2.100mm de altura e vidro até o teto.

Item 3: Padrão A3 - painel tipo piso/teto, com painel cego até 1.100mm de altura, vidro até 2.100mm e bandeira cega até o teto.

Item 4: Padrão A4 - painel tipo piso/teto, com painel cego até 1.100mm de altura, vidro até o teto.

Item 5: Padrão A5 - painel tipo piso/teto, sendo vidro duplo até o teto.

1.2 - DIVISÓRIA EM DURAPLAC - PADRÃO "B"

Estrutura: Montantes, guias de teto, guias de piso, travessas batentes, requadros, cimbalhas, baguetes, rodapé e suporte de painéis em perfis de chapa de aço galvanizado com pintura a base de epóxi pó nas cores preto, branco ou ocre, com acabamento fosco.

Painéis: Requadrados em madeira maciça Cedro, seca e desempenada.

Portas: Requadradas em madeira maciça Cedro, seca e desempenada.

Miolo dos Painéis e Portas: Em colméia de papel do tipo Kraft.

Revestimento: Chapas de fibra de madeira prensada, pintada com resina alquídica melamínica, na cor branca areia ou na cor ovo, com acabamento liso.

Acabamento: Todos em perfis de aço pintados com tinta epóxi pó nas cores preto fosco, branco ou ocre.

Modulação: 1.200mm de largura;

Vidros: Fixados com silicone;

Liso transparente de 5mm de espessura;

Pontilhado;

Miniboreal.

Unidade: Metro quadrado.

Elevações:

Item 5: Padrão B-1 - painel tipo piso/teto, com painel cego com ou sem bandeira.

Item 6: Padrão B-2 - painel tipo piso/teto, com painel cego até 2.100mm de altura e vidro até o teto.

Item 7: Padrão B-3 - painel tipo piso/teto, com painel cego até 1.100mm de altura, vidro até 2.100mm e vidro até o teto.

1.3 - DIVISÓRIA QUADRICULADA – PADRÃO “C”

Estrutura:	Montantes, guias de teto e guias de piso, em perfis de aço, com pintura a base de epóxi pó, na cor preta, acabamento fosco.
Painéis:	Requadrados em madeira maciça Freijó, seca e desempenada, de saque frontal, constituído de 02 (dois) painéis independentes, quadriculados em madeira maciça Freijó, dimensões 20 x 20mm, totalmente uniformes tanto na largura quanto na altura.
Portas:	Requadradas em madeira maciça Freijó, seca e desempenada, contraplacadas em compensado de Sumaúma de 6mm de espessura.
Miolo dos Painéis e Portas:	Entre os dois painéis individuais de Freijó, vidro jateado, pontilhado ou translúcido, com 6mm de espessura e, na porta, lâ de rocha 40kg por metro cúbico.
Revestimento:	Na porta, laminado de madeira Freijó, com acabamento em selador.
Acabamento:	Todos em madeira maciça Freijó.
Modulação:	800mm a 1.000mm de largura; 60mm de espessura;
Vidros:	Fixados com silicone; Liso transparente; Liso fosco (através de jateamento); Pontilhado; Miniboreal.
Unidade:	Metro quadrado.
Elevação:	
Item 8:	Padrão C-1 - painel quadriculado do tipo piso/teto.

1.4 - DIVISÓRIA ACÚSTICA – PADRÃO “D”

Estrutura:	Montantes, Guias de teto, guias de piso, quadros para vidro duplo e batentes de portas em alumínio extrudado, com tratamento anticorrosivo em aludine com pintura à base de epóxi pó pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa na cor a ser definida, com acabamento fosco, anodizado ao natural ou ainda na cor a ser definida.
Painéis Acústicos:	Painéis em gesso acartonado Gypsum de 12mm de espessura em ambas as faces, com estrutura interna em réguas de madeira e miolo em lâ de rocha de 40kg/m³; com acabamento em pintura com tinta de 1ª Qualidade na cor a ser definida
Portas:	Requadradas em madeira maciça Cedro, seca e desempenada, contraplacadas em compensado de Sumaúma ou MDF de 6mm de espessura.
Miolo das Portas:	Lâ de rocha a 40kg por metro cúbico.
Modulação:	600mm de largura; 800mm de largura; 1.000mm de largura; 95mm de espessura.
Unidade:	Metro quadrado.
Elevação:	
Item 09:	Padrão D-1 – Divisória cega do piso ao teto.
Item 10:	Padrão D-2 – Divisória com painel até 1100mm e vidro duplo até o teto, com micro-persianas internas.

Item 11: Padrão D-3 – Divisória com painel até 1100mm e vidro duplo até 2100mm, com micro-persianas internas e painel até o teto.

1.5 - DIVISÓRIA ESPECIAL - PADRÃO “E”

Estrutura: Montantes retangulares medindo 40mm x 30mm; guia de teto medindo 40mm x 40mm; guia de piso medindo 110 x 40mm dotado de estamparia especial para saída de rede elétrica universal de 24.2 x 27.2, RJ-45 para rede lógica 19.5 x 15mm e RJ-11 para rede estabilizada 19.5 x 15mm com espaçamento entre si de 55mm e estampa para rede estabilizada de 24 x 12mm; travessas medindo 40mm x 20mm em chapa de aço galvanizada nº 18, com tratamento anticorrosivo e pintura pelo processo eletrostático em cor a ser definida com acabamento texturizado.

Painéis: Em chapa de MDF com 15mm de espessura revestidas em ambas as faces com encabeçamento em fita de PVC na mesma cor do revestimento, fixado à estrutura através de grapas especiais.

Portas e bandeiras: Requadrada em madeira maciça cedro seca e desempenada, contraplacada em compensado sumaúma de 6mm de espessura.

Miolo dos painéis e portas: Lã de rocha com 40kg por metro cúbico

Revestimento: Painéis: laminado fenólico melamínico na cor ovo ou marfim com acabamento texturizado.
Portas e bandeiras: laminado de madeira freijó com acabamento em selador

Quadros de vidros: Em madeira maciça freijó seca e desempenada individuais de saque frontais.

Vidros: Liso transparente de 4mm ou 6mm de espessura

Marcos: Em madeira maciça freijó seca e desempenada.

Modulação: Painéis: 400mm, 800mm e 900mm de largura;
Portas e bandeiras: 800mm de largura e 40mm de espessura.

Unidade: Metro quadrado.

Elevações:

Item 12 Padrão E-1 – painel tipo piso/teto com painel cego sem bandeira.

Item 13: Padrão E-2 – painel tipo piso/teto com painel cego até 2100mm e vidro até o teto.

Item 14: Padrão E-3 – painel tipo piso/teto: com painel cego até 1.100mm de altura, vidro duplo até 2100mm e painel até o teto.

1.6 – VISOR PARA PORTA

Medidas: 600mm de largura
900mm de altura

Item 15: Padrão A-1 Portas em duraplac, com estrutura na mesma cor da estrutura das divisórias existentes com vidro liso transparente de 4mm de espessura fixado através de silicone incolor.

Item 16: Padrão A-2 Portas em laminado melamínico, com estrutura na mesma cor da estrutura das divisórias existentes com vidro liso transparente de 4mm de espessura fixado através de silicone incolor.

1.7 - INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE FERRAGENS

Unidade: Peça.

Item 17: Fornecimento e instalação de conjunto de ferragens para porta simples de abrir, composta de fechadura tubular, de fabricação La Fonte, ref. 030/120, ou La Fonte 515, com acabamento cromado ou preto, inclusive dobradiças com o mesmo acabamento, ou similares.

Item 18: Fornecimento e instalação de conjunto de ferragens para porta simples de abrir, composta de fechadura tubular Lockwell, ref. 4149N, com acabamento cromado, preto ou ocre, inclusive dobradiças com o mesmo acabamento, ou similares.

Item 19: Fornecimento e instalação de conjunto de ferragens para porta dupla de abrir, composta de fechadura tubular, de fabricação La Fonte, ref. 030/120 ou La Fonte 515 e fecho de embutir, ref. 400CRA, com 20mm de comprimento, com acabamento cromado ou preto, inclusive dobradiças com o mesmo acabamento, ou similares.

1.8 – GUICHÊ SEM PORTAS

Especificações: Confeção e instalação de guichê com tampo em compensado de madeira de 25mm de espessura arredondado, fixado a 1.100mm do piso com vidro liso transparente de 5mm de espessura até 2.100mm de altura. Apoiados sobre perfis de madeira maciça ou perfis de alumínio anodizado na cor natural, fixado com silicone, ficando um vão entre o tampo e o vidro de 200mm para passagem de documentos.

Unidade: Metro quadrado.

Item 20: Guichê sem portas de correr – Padrão A-1 – Laminado melamínico, com acabamento texturizado.

1.9 – BALCÃO DE ATENDIMENTO

Especificações: Confeção e instalação de balcões modulados, mantendo o mesmo padrão das divisórias, em MDF de 25mm de espessura, com aproximadamente 1.100mm de altura e 450mm de profundidade, gavetas, com corredeiras telescópicas, prateleiras reguláveis, vãos livres para acoplar equipamentos tais como: fax, televisores, som, computadores, teclados retráteis, etc., portas de abrir constituídas de dobradiças plastipar, fecho de sobrepor, puxadores Realy e fechadura de fabricação La Fonte ou similar, de 1ª (primeira) qualidade, no revestimento abaixo discriminado.

-Unidade: Metro quadrado.

Item 21: Balcão Padrão A-1 – Laminado Melamínico, com acabamento texturizado.

1.10 - REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS, ARMÁRIOS E ESTAÇÕES DE TRABALHO

Unidade: Metro quadrado para armários e divisórias e peça para estações trabalho.

Item 22: Serviço de desmontagem de divisórias.

Item 23: Serviço de montagem de paredes divisórias.

Item 24: Serviço de desmontagem de estações de trabalho para 01 (uma) pessoa.

Item 25: Serviço de montagem de estações de trabalho para 01 (uma) pessoa

Item 26: Serviço de desmontagem de estações de trabalho para 02 (duas) pessoas.

Item 27: Serviço de montagem de estações de trabalho para 02 (duas) pessoas

Item 28: Serviço de desmontagem de estações de trabalho para 04 (quatro) pessoas.

Item 29: Serviço de montagem de estações de trabalho para 04 (quatro) pessoa.

1.11 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS HORIZONTAIS.

Especificações:

Item 30 - Fornecimento e instalação de Persianas Horizontais, em alumínio, nas cores a serem definidas posteriormente, com réguas na largura de 16 ou 25 mm, sistema de acionamento com botão giratório.

1.12 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTOS DE LÓGICA, ELÉTRICA E TELEFONE.

Item 31 – Fornecimento e instalação de ponto de lógica com fornecimento de todos os materiais necessários.

Item 32 - Fornecimento e instalação de ponto de tomada elétrica com fornecimento de todos os materiais necessários.

Item 33 - Fornecimento e instalação de ponto de telefone com fornecimento de todos os materiais necessários.

1.13 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS

Item 34 – Elaboração de layout de acordo com a necessidade de cada Unidade da Defensoria Pública da União, facilitando a execução das obras.



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO N.º 19/2007

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS REFERENCIAIS

A. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, incluindo toda a mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas, ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho e fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone, para atender a Defensoria Pública-Geral da União, as Defensorias Públicas da União no Distrito Federal e nos Estados bem como suas futuras instalações em todo o território nacional.

1.1 – DIVISÓRIA ESPECIAL PADRÃO “A”

Item	Modelo/Referência	Unidade	Quantidade Estimada	Preço TOTAL Referencial – R\$
01	Padrão A-1	m ²	3000	1.185.000,00
02	Padrão A-2	m ²	1000	430.000,00
03	Padrão A-3	m ²	1000	455.000,00
04	Padrão A-4	m ²	300	145.000,00
05	Padrão A-5	m ²	300	167.200,00

1.2 – DIVISÓRIA EM DURAPLAC PADRÃO “B”

06	Padrão B-1	m ²	1500	164.000,00
07	Padrão B-2	m ²	300	35.200,00
08	Padrão B-3	m ²	1000	119.000,00

1.3 – DIVISÓRIA QUADRICULADA PADRÃO “C”

09	Padrão C-1	m ²	100	69.000,00
----	------------	----------------	-----	-----------

1.4 – DIVISÓRIA ACÚSTICA PADRÃO “D”

10	Padrão D-1	m ²	1000	367.000,00
11	Padrão D-2	m ²	500	197.500,00
12	Padrão D-3	m ²	500	199.000,00

1.5 – DIVISÓRIA ESPECIAL PADRÃO “E”

13	Padrão E-1	m ²	2.000	734.000,00
14	Padrão E-2	m ²	800	302.133,00
15	Padrão E-3	m ²	800	327.000,00

1.6 – VISOR PARA PORTA

16	Padrão A-1	m ²	50	12.200,00
17	Padrão A-2	m ²	50	13.166,00

1.7 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FERRAGENS

18	Para porta simples La Fonte ou similar de 1ª qualidade.	Peça	300	175.000,00
19	Para porta simples Lockwell ou similar de 1ª qualidade.	Peça	150	27.050,00
20	Para porta dupla La Fonte ou similar de 1ª qualidade.	Peça	70	52.266,00

1.8 - GUICHÊ SEM PORTAS

21	Padrão A-1 – laminado melamínico	m ²	30	11.900,00
----	----------------------------------	----------------	----	-----------

1.9 – BALCÕES DE ATENDIMENTO

22	Padrão A-1 – laminado melamínico	m ²	300	240.400,00
----	----------------------------------	----------------	-----	------------

1.10 – REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS, ARMÁRIOS E ESTAÇÕES DE TRABALHO

23	Desmontagem de divisórias e armários	m ²	4.000	50.600,00
24	Montagem de divisórias e armários	m ²	4.000	105.333,00
25	Desmontagem de estações de trabalho para 01 (uma) pessoa	Peça	300	10.300,00
26	Montagem de estações de trabalho para 01 (uma) pessoa	Peça	300	19.000,00
27	Desmontagem de estações de trabalho para 02 (duas) pessoas	Peça	100	5.166,00
28	Montagem de estações de trabalho para 02 (duas) pessoas	Peça	100	10.834,00
29	Desmontagem de estações de trabalho para 04 (quatro) pessoas	Peça	50	4.000,00
30	Montagem de estações de trabalho para 04 (quatro) pessoas	Peça	50	7.834,00

1.11 - PERSIANAS HORIZONTAIS

31	Persianas horizontais com 16 ou 25 mm, com acionamento através de botão giratório.	m²	1500	281.000,00
----	------------------------------------------------------------------------------------	----	------	------------

1.12 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTOS DE LÓGICA, ELÉTRICA E TELEFONE.

32	Ponto de Lógica	Un	1500	281.500,00
33	Ponto de Tomadas Elétricas	Un	1500	238.500,00
34	Ponto de Telefone	Un	1500	146.071,00

1.13 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA EXECUÇÃO DAS DIVISÓRIAS

35	Elaboração de Projetos	m²	4000	118.600,00
----	------------------------	----	------	------------

QUANTIDADE ESTIMADA M2/PEÇAS	33.950
VALOR UNITÁRIO DO ME/PEÇAS	186,14
TOTAL GLOBAL REFERENCIAL ESTIMATIVO	R\$ 6.319.453,00



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO N.º 19/2007

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia xxx de xxxxxxxx do ano de dois mil e xxxxxx, a Defensoria Pública Geral da União, sita na Esplanada dos Ministérios – Ed. Anexo II do Ministério da Justiça – 2º Andar, em Brasília-DF. foram registrados nesta Ata as quantidades e os preços da empresa abaixo identificada, resultantes do Pregão n.º xxx/2007, cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, incluindo toda mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas, ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho, fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone, para a Defensoria Pública-Geral da União, as Defensorias Públicas da União no Distrito Federal e nos Estados, bem como suas futuras instalações em todo território nacional, em conformidade com as especificações dispostas no Edital de Licitação e seus anexos. As especificações técnicas constantes do Processo n.º 08038.xxxxxxxx, assim como os termos da proposta de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

O prazo para assinatura do Contrato pelo fornecedor será de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação de que está a sua disposição.

Todas as condições referentes à contratação estão descritas no referido Contrato.

A validade desta Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, a contar de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx.

Item	Especificação Básica	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário Registrado-R\$

Pela DPGU-MJ
(assinatura)
xxxxxxxxxxxxxxxxxx
Diretor de Gestão Interna

Pela xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
(assinatura)
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO N.º 19/2007

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º xx/xxxx
PROCESSO Nº 08038.010319/2006-21

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
REPRESENTADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA-
GERAL DA UNIÃO, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Aos xx (xxxxxxx) dias do mês de xxxxxx do ano de dois mil e xxxxx, a **UNIÃO**, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.375.114/0001-16 com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Anexo II, 2º andar, em Brasília – Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA UNIÃO**, DR. EDUARDO FLORES VIEIRA, portador da Carteira de Identidade n.º ***** e CPF n.º *****, com competência para assinar contratos, e de outro lado, a empresa xxxxxxxx inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **CNPJ** sob o nº. xxxxxxxxxx com sede na xxxxxxxxxx, neste ato representada por seu xxxxxxxxxx, xxxxxxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxxxxxx, residente e domiciliado em xxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade - CI n.º xxxxxxxxxx, expedida pela xxxxxx e inscrito no Cadastro da Pessoa Física - CPF/MF nº. xxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO N.º xx/xxxxx** de prestação de serviços, incluindo toda mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas, ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho, fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone, para a **CONTRATANTE**, observado o disposto no Processo n.º 08038.xxxx e nas seguintes normas: Lei 10.520/2002; no Decreto 3.555/2000, Lei Complementar nº 123/2006, na Lei n. 8.666/93 e suas alterações e demais disposições regulamentares, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviços, incluindo toda mão de obra necessária, elaboração de projetos, materiais e demais itens necessários ao remanejamento, instalação, confecção, montagem, desmontagem, complementação de divisórias, visores para portas,

ferragens, guichês, desmontagens e montagens de estações de trabalho, fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone, para a **CONTRATANTE**, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Edital do **Pregão n.º 19/2007** e seus anexos e Proposta da **CONTRATADA**, que o integram, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO – Este contrato estabelece a vinculação ao Edital de licitação, conforme (Lei nº 8.666/93, art. 55, inc. XI).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo do constante do Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar o pagamento na forma convencionada neste **CONTRATO**;
- b) estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste **CONTRATO**;
- c) requisitar os serviços por meio de Ordens de Serviços;
- d) proceder vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio da fiscalização do **CONTRATO**, anotando as ocorrências, em livro próprio, dando ciência ao preposto da **CONTRATADA** e determinando sua imediata regularização;
- e) proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do **CONTRATO**;
- f) propiciar acesso aos profissionais as suas dependências para a execução dos serviços;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais;
- h) acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/93;
- i) rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de suspensão do **CONTRATO**, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**;
- j) efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- k) exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA** que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- l) comunicar a **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- m) impedir que terceiros executem o objeto deste **CONTRATO**;
- n) não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas;

- o) verificar a regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor - **SICAF**, antes de cada pagamento;
- p) exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, em especial do INSS e FGTS, e outros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo do constante do Termo de Referência, são obrigações da **CONTRATADA**:

- a) executar os serviços de acordo com as exigências constantes do Edital do Pregão n.º xx/2007;
- b) cumprir todas as orientações da **CONTRATANTE**, para o fiel desempenho das atividades específicas, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição;
- c) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- d) fazer com que seus empregados cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços;
- e) prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;
- f) usar, na execução dos serviços, profissionais devidamente uniformizados, qualificados e identificados, portando crachás com fotografias recentes;
- g) apresentar à **CONTRATANTE** a relação nominal dos empregados em atividade, informando os respectivos endereços residenciais, com o número do telefone, bem como a comprovação do vínculo empregatício, comunicando qualquer alteração;
- h) impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas de natureza grave, sejam mantidos ou retornem às instalações da **CONTRATANTE**;
- i) arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, no que diz respeito aos seus empregados;
- j) responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades;
- k) relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer anormalidade observada em virtude da prestação dos serviços;
- l) prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;
- m) responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados, ou preposto, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo esta em virtude

do acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/1993;

- n) manter a disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento entre colegas, com os usuários e funcionários da **CONTRATANTE**, substituindo no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após a notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela **CONTRATANTE**;
- o) efetuar a fiscalização diária da frequência de ponto dos empregados, a fim de comprovar o pleno atendimento da escala de serviço, controlando com rigor seus empregados, repondo qualquer ausência por outro profissional de igual nível;
- p) manter, durante a execução do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- q) designar técnico responsável pela execução dos serviços que será o elemento de contato com a **CONTRATANTE** a quem a fiscalização se reportará;
- r) arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da Fiscalização deste **CONTRATO**, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
- s) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o **CONTRATO**, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;
- t) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**;
- u) atender as normas disciplinadoras e demais regulamentos em vigor nas dependências da **CONTRATANTE**;
- v) não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste **CONTRATO**, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- w) cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;
- x) fornecer, além da mão de obra, todo o material e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte. Somente serão aceitos materiais compatíveis com a aplicação a que se destinam, devendo ser recusados pela Fiscalização os que se encontrarem fora de especificação;
- y) executar os serviços nos horários que ficarão a exclusivo critério da Fiscalização, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer os critérios estabelecidos de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos das diversas Unidades da **CONTRATANTE**, podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;
- z) providenciar diariamente a limpeza das áreas, evitando acúmulos de entulhos nos locais onde os serviços estão sendo realizados;
- aa) elaborar o projeto executivo constando também a programação de toda a execução dos serviços;
- bb) executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Fiscalização. Os serviços somente serão

considerados executados após o término de todas as etapas, a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

cc) atender às recomendações dos fabricantes, obedecer as normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assunto; e

dd) emitir orçamento prévio para cada Ordem de Serviço recebida e somente iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela Fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** deverá executar os serviços nos seguintes prazos:

Serviços	Prazo de Entrega – Conclusão
1. Desmontagem e Montagem de Divisórias e Estações de Trabalho	05 (cinco) dias corridos para cada 150m ² (cento e cinquenta metros quadrados) ou fração.
2. Confeccção e Instalação de Divisórias	15 (quinze) dias corridos para cada 100 m ² (cem metros quadrados) ou fração.
3. Confeccção e Instalação de Visores e Guichês.	05 (cinco) dias corridos para cada 5 Un (cinco).
4. Fornecimento e instalação de pontos de lógica, elétrica e telefone.	05 (cinco) dias corridos para cada 50 pontos.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Para a contagem do prazo, considera-se a data do recebimento da Ordem de Serviço pela **CONTRATADA**, devidamente aprovada, e o prazo final a data do recebimento e aceitação dos serviços, pelo Fiscal, na respectiva Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pela execução dos serviços, objeto deste **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, de acordo com a Tabela de Preços que será transcrita quando da formalização do contrato:

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Para atender as despesas, preliminarmente, foram emitidas as seguintes Notas de Empenho:

Número	Valor	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do **CONTRATO** será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, sendo neste período fixo e irrevogável, podendo, no interesse da Administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o limite de 60(sessenta) meses, conforme art. 57, Inciso II da Lei.8666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O critério de reajuste deste Contrato será nos termos do art. 40, inciso XI, do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a execução de cada Ordem de Serviço pela Coordenação de Patrimônio, Orçamento e Finanças - DPGU, em moeda corrente, por meio de Ordem Bancária, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura em duas vias, devidamente liquidada e atestada pela fiscalização deste **CONTRATO**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **CNPJ** apresentado nos documentos de habilitação, proposta e neste **CONTRATO**, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Quando do pagamento será feita a verificação da regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, sendo que, estando a mesma em situação irregular, o pagamento será suspenso até a devida regularização, sem que tal situação venha caracterizar atraso.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Nenhum pagamento será realizado se constatado que os serviços estão em desacordo com o objeto contratado.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A critério da **CONTRATANTE**, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Os Impostos Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a **CONTRATADA** deverá atender ao Acórdão do TCU 950/2007 - em Sessão do plenário de 23/05/2007, utilizando-se as contribuições: Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição do PIS/PASEP, conforme legislação vigente.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Nos casos de eventuais atrasos no pagamento, por culpa da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados, "pro rata tempore", mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = \left\{ \frac{N/30}{(1+TR/100)} - 1 \right\} \times VP$$

onde:

EM = Encargos Moratórios;

TR = Percentual atribuído à Taxa Referencial-TR;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Na retenção do Imposto sobre Serviços - ISS será observado, no que couber, o Decreto do Governo do Distrito Federal n.º 16.128, de 6/12/1994 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os pagamentos poderão ser sustados pela **CONTRATANTE**, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações da **CONTRATADA** para com terceiros, que possam, de qualquer forma, prejudicar a **CONTRATANTE**;
- b) inadimplemento de obrigações da **CONTRATADA** para com a **CONTRATANTE** por conta deste **CONTRATO**, e
- c) erros e vícios nas Notas Fiscais/Faturas.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

A aceitação dos serviços se dará mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas ao Fiscal deste **CONTRATO**, para serem atestadas e encaminhadas para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução deste **CONTRATO** será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Defensoria Pública-Geral da União, cujas atribuições básicas, sem prejuízo do constante do Termo de Referência, são:

- a) expedir as Ordens de Serviços bem como aprovar os orçamentos, antes de autorizar a execução;
- b) fiscalizar diariamente os locais onde os serviços estão sendo prestados, a fim de comprovar o correto cumprimento da execução deste **CONTRATO**;
- c) impedir que os profissionais executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas neste **CONTRATO**;
- d) exigir, uma vez comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer profissional, ou preposto da **CONTRATADA**, que deixar de merecer a confiança, embaraçar a fiscalização ou, ainda, que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- e) solicitar à **CONTRATADA**, por meio de seu preposto, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- f) emitir pareceres em todos os atos da **CONTRATADA** relativos à execução deste **CONTRATO**, em especial à aplicação de sanções, alterações e repactuação do **CONTRATO**;
- g) documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da **CONTRATADA**;

- h) não exercer poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, reportando-se somente ao preposto;
- i) exercer quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Cabe à **CONTRATADA** atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deste **CONTRATO**, sem que disso decorra qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** prestará garantia no valor de R\$ xxxxxx (xxxxxxx) correspondente a 3% (três por cento) do valor de cada Ordem de Serviço emitida para fazer face às despesas decorrentes do presente **CONTRATO**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura deste instrumento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste **CONTRATO** ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA**, ou de seu preposto, ou ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A autorização contida na Subcláusula anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A garantia será restituída, por solicitação, após o integral cumprimento de cada Ordem de Serviço e obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, na execução do objeto deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se, na execução deste **CONTRATO**, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual de que possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei n.º 8.666/1993, sofrerá as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço, por dia em que, sem justa causa, a **CONTRATADA** não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-

las em desacordo com o estabelecido neste **CONTRATO**, até o máximo de 30 (trinta) dias, quando então incidirá em outras cominações legais;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a Defensoria Pública Geral da União, por um período não superior a 2 (dois) anos, e

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Defensoria Pública Geral da União, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir à **CONTRATANTE** os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" desta Cláusula poderão também ser aplicadas à **CONTRATADA** quando, em razão dos compromissos assumidos:

a) seu(s) representante(s) legal(is) tenha(m) sofrido condenação criminal definitiva por prática, nesta condição, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou

b) praticar(em) ilícito(s) demonstrando não possuir idoneidade de contratar com a Administração Pública.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O termo inicial para a incidência da multa estipulada na alínea "b" desta Cláusula será a data fixada para o adimplemento e o termo final até o máximo de 5 (cinco) dias.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A multa estabelecida na alínea "b" desta Cláusula será aplicada pela Defensoria Pública-Geral da União, não impedindo que a **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente este **CONTRATO**.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A penalidade estabelecida na alínea "d" desta Cláusula é de competência exclusiva do Excelentíssimo Senhor Defensor Público-Geral da União, ordenador de despesas.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Não será aplicada multa se comprovadamente o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Em qualquer hipótese de aplicação de multa ou reparações que a **CONTRATANTE** venha a fazer juz, a garantia apresentada pela **CONTRATADA** será convertida em pagamento parcial ou total da obrigação.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Quando a multa a que se refere esta Cláusula for subtraída da garantia contratual, a **CONTRATADA** obriga-se a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor deduzido da referida garantia.

SUBCLÁUSULA NONA - A atuação da **CONTRATADA** no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores - **SICAF**, conforme determina o § 2º do art. 36 da Lei n.º 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula, é assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Só poderão ser revistas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do responsável pela gestão interna da Defensoria Pública-Geral da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pela **CONTRATANTE**, cabem recursos na forma prevista no art. 109 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este **CONTRATO** poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Este **CONTRATO** será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas na Cláusula Quarta, sujeitando a **CONTRATANTE** à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação da execução dos serviços.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A **CONTRATADA** reconhece desde já os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do art. 79 da Lei n.º 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Ocorrendo rescisão unilateral com base nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, serão a esta assegurados os direitos previstos no § 2º do art. 79 da Lei n.º 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A falta de cumprimento de qualquer Cláusula ou simples condição do **CONTRATO**, poderá acarretar a sua rescisão mediante aviso prévio. Contudo a **CONTRATANTE** poderá rescindir o **CONTRATO**, automática e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) falência ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- b) dissolução da sociedade;
- c) inadimplência da **CONTRATADA** em manter todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas na licitação;
- d) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993;
- e) lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATADA** a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços, nos prazos estabelecidos;

f) paralisação da prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

g) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão, a transferência parcial ou total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da **CONTRATANTE**;

i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Defensor Público-Geral da União e exaradas no processo administrativo a que se refere este **CONTRATO**;

i) no interesse da Defensoria Pública-Geral da União, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e pagamento dos serviços prestados até a data de comunicação da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-à pelas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com Inciso XII do Artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente **CONTRATO** será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei n.º 8.666/1993, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente **CONTRATO** é competente o juízo da Justiça Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal.

E por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

EDUARDO FLORES VIEIRA
Defensor Público-Geral da União

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CI:
CPF:

Nome:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

EDITAL DE PREGÃO N.º 19/2007
PROCESSO Nº 08038.010319/2006-21

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISTORIA - somente para a licitante vencedora

Declaro que, em ____/____/2007, às _____ horas, a empresa vencedora do certame
_____, CNPJ _____ Nº:
_____, sediada à _____,
telefone _____, vistoriou as instalações da Defensoria Pública da União na cidade de
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, comprovando estar inteirada das informações e condições locais para o
cumprimento das obrigações objeto da licitação do **Pregão Eletrônico nº /2007**, tomando
conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados.

Cidade, _____ de 2007.

Assinatura/Carimbo do Declarante

Assinatura/Carimbo da Empresa



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Processo nº 08038.010319/2006-21

Ref: Pregão n.º 19/2007

....., inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, OPTA pelo tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar 123, de 15 de dezembro de 2006, nos termos do art. 3.º e seus parágrafos, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto e DECLARA ser: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte.

....., em de.....de 200X.

Representante Legal



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 05 de junho de 2003.



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII

ACORDÃO TCU 950/2007

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União, veda ao licitante a cotação de preços contendo custos relativos ao IRPJ (imposto de Renda – Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Nesse sentido, o Acórdão 950/2007 – Plenário, Sessão de 23 de maio de 2007, em julgamento do Processo 010.641/2006-9:

‘(...) 9.1. determinar ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão que instrua os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais da Administração Federal e se absterem, doravante, de fazer constar dos orçamentos básicos das licitações, dos formulários e das justificativas de preço a que se refere o art. 26, Inciso III, da Lei 8.666/93, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, parcelas relativas a gastos com tributos IRPJ e CSLL, não podendo ser aceitas também propostas de preços, contendo custos relativos aos tributos citados, seja na composição da BDI (bonificação de despesas diretas), seja como item específico da planilha ou orçamento’.